



DECRETO Nº 12.522

Cria o Sistema de Integração Tarifária do Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre - STPOA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e de acordo com o que estabelece o art. 37 da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 8133/98 e,

considerando que o sistema de transporte coletivo será um dos elementos de indução das diretrizes do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental que estabelecem a descentralização da ocupação do espaço urbano da cidade;

considerando que uma parcela dos usuários necessita utilizar dois ou mais veículos para chegar ao seu local de destino, com o ônus da dupla tarifação;

considerando a necessidade de facilitar o acesso dos beneficiários e de aumentar o controle sobre as isenções de tarifa do transporte coletivo,

considerando que o volume de ônibus no sistema viário radial contribui para as condições de saturação das vias havendo a necessidade de uma revisão no atual modelo operacional, adequando-o às reais necessidades de deslocamento da população;

considerando a necessidade de criar as condições para integrar a rede de transportes urbana com a rede de transportes metropolitana, inclusive, com a rede metroviária permitindo a integração entre os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Integração Tarifária no Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre - STPOA que deverá ser implantada com meios de pagamento eletrônicos para a validação e controle das viagens.

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	PLE	PLL	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG.	FONTE	DATA	PAG.				
DOPA	27-10-99	2							ICR

PROCESSO Nº 1.094311.99.4



Parágrafo único – O Sistema de Integração Tarifária a ser implantado deverá obedecer as condições estabelecidas no “Termo de Referência do Projeto de Integração Tarifária do Sistema de Transporte Coletivo de Porto Alegre”, que foi apresentado a sociedade civil em Audiência Pública, realizada em 08 de dezembro de 1998, conforme exigência da Lei Complementar nº 382/96, o qual poderá ser adquirido na EPTC.

Art. 2º - São objetivos do Sistema de Integração Tarifária do Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre - STPOA:

a) possibilitar aos usuários do sistema, mediante o pagamento prévio de um só valor de tarifa, se deslocar, durante um período determinado de tempo, por quantos veículos e linhas forem necessários para completar um deslocamento origem/destino;

b) possibilitar o embarque de toda as categorias de usuários pela mesma porta de acesso, estabelecendo o controle por meios eletrônicos de todos os usuários independentemente da posição da roleta;

c) garantir a segurança de acesso dos beneficiários de isenções e de descontos tarifários através do controle, por meios eletrônicos, de todas as carteiras e passes de beneficiários habilitadas a circular no sistema;

d) coletar diretamente os dados operacionais, especialmente aqueles referentes a quantidade de viagens, de passageiros pagantes, de passageiros isentos, bem como os dados referentes a demanda do sistema por faixa horária e por tipo de dia.

Art. 3º - O Sistema de Integração Tarifário deverá permitir a utilização de uma ou mais ônibus com o pagamento de uma tarifa integrada com base numa matriz de integração que definirá as restrições de integração, visando evitar a superposição de oferta de serviços e conseqüentemente o aumento de suas custos para o usuário.

Art. 4º - A implantação do Sistema de Integração Tarifária será gerenciada por um Comitê Técnico, coordenado pelo Secretário Municipal dos Transportes ou representante especialmente designado, constituído por um representante da Empresa Pública de Transporte e Circulação, através do seu Diretor de Transportes, por dois representantes das empresas permissionárias privadas do serviço de transporte coletivo e um da Companhia Carris Porto-Alegrense.



Art. 5º - Caberá às empresas permissionárias do Sistema de Transporte Público de Porto Alegre - STPOA a aquisição, instalação e operação dos equipamentos necessários a implantação do Sistema de Integração Tarifária, compreendendo-se por equipamentos e instalações todos os meios físicos e sistemas necessários ao cumprimento das especificações técnicas estabelecidas no Anexo I deste Decreto.

Art. 6º - Caberá ao Comitê Técnico a definição das especificações do Sistema de Integração Tarifária a ser implantado em seus aspectos tecnológicos, operacionais e gerenciais, bem como submeter para homologação do Secretario Municipal dos Transportes uma avaliação prévia das empresas que serão fornecedoras dos equipamentos necessários para a implantação do Sistema.

Parágrafo único - A homologação prévia prevista no "caput" deste artigo é condição necessária para que os equipamentos possam ser autorizados, adquiridos e instalados nos veículos do STPOA.

Art. 7º - Considerando a essencialidade do serviço de transporte público as empresas permissionárias deverão garantir a operação em condições normais de funcionamento durante as fases de implantação do Sistema de Integração Tarifária.

Art. 8º - As empresas permissionárias do Sistema de Transporte Coletivo de Porto Alegre poderão instituir consórcios operacionais para a implantação do sistema integrado, representado através de empresa-líder, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

Art. 9º - Sem prejuízo do Sistema de Integração Tarifária de que trata este Decreto, as empresas permissionárias poderão, diretamente ou por delegação, desenvolver e operar atividades conexas compatíveis com a tecnologia adotada, visando universalizar sua utilização, bem como reduzir os custos de aquisição dos equipamentos e conseqüentemente reduzir o impacto sobre a tarifa dos serviços básicos de transporte.



Art.10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

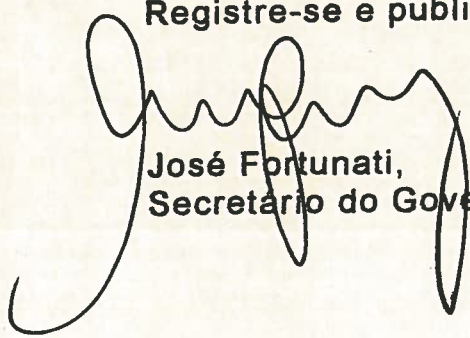
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 20 de outubro de 1999.



Raul Pont,
Prefeito.

Mauri Cruz,
Secretário Municipal dos Transportes.

Registre-se e publique-se.



José Fortunati,
Secretário do Governo Municipal.